

DIREITO ADMINISTRATIVO

PONTO I

- a) Função administrativa: definição e distinção de outras funções estatais.
- b) Atos administrativos: conceito, elementos, existência, validade e eficácia. Atributos dos atos Administrativos.
- c) Desapropriação. Fontes normativas, competências, destinação dos bens apropriados. Fase declaratória. Ação de desapropriação. Transferência da propriedade.

PONTO II

- a) Administração Pública. Aspectos formais, materiais e subjetivos. Princípios informativos: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, finalidade, continuidade, indisponibilidade, autotutela, supremacia do interesse público, igualdade, presunção da legitimidade, auto-executoriedade, especialidade, eficiência, hierarquia, isonomia, princípio da razoabilidade.
- b) Atos administrativos quanto aos tipos de provimentos, considerações gerais. Atos administrativos em espécie. Classificação dos atos Administrativos. Atos vinculados e discricionários, simples e complexos. Motivação – teoria dos motivos determinantes. Mérito Administrativo.
- c) Ação de Desapropriação. Sentença – natureza jurídica. Indenização – juros moratórios e compensatórios, atualização monetária, honorários, direitos de terceiros.

PONTO III

- a) Função administrativa: Regime jurídico administrativo. Poderes Administrativos. Poder regulamentar, poder de polícia, poder hierárquico e poder disciplinar. O uso e o abuso do poder. Excesso de poder, desvio de finalidade, omissão da Administração.
- b) Regime jurídico do ato administrativo.
- c) Direito de extensão, retrocessão, direito de preferência, desapropriação rural, desapropriação por zona. Desapropriação confiscatória. Desistência. Extensão do controle jurisdicional na ação de desapropriação. Desapropriação indireta.

PONTO IV

- a) Estado, Administração e Governo. Centralização e descentralização. Desconcentração. Órgãos e agentes públicos, Administração direta e indireta. Princípios – da reserva legal, da especialidade e do controle.
- b) Requisitos extrínsecos dos atos administrativos e seus elementos.
- c) Classificação dos bens públicos. Bens públicos. Domínio público e domínio eminente.

PONTO V

- a) Concessão de Serviços Públicos. Fontes normativa constitucional e infraconstitucional. Modalidade de concessão. Natureza jurídica. Política tarifária, fiscalização e encargos do concedente. Responsabilidade e encargos do concessionário. Prazo da concessão, extinção e reversão.
- b) Elementos do ato administrativo. Atos declaratórios, constitutivos e constitutivos formais.
- c) Regime jurídico dos bens públicos.

PONTO VI

- a) Permissão de Serviços Públicos. Conceito, natureza, referências constitucionais. Aplicação de regras das concessões. Extinção. Serviços públicos autorizados.
- b) Atos administrativos *Interna Corporis*. Atos políticos.
- c) Aquisição dos bens públicos.

PONTO VII

- a) Empresas Estatais. Regime jurídico da empresa prestadora de serviços públicos e da empresa que explora atividades econômicas pelo Estado.
- b) Vinculação e discricionariedade dos atos administrativos.

- c) Alienação de bens públicos. Afetação, desafetação.

PONTO VIII

- a) Autarquias e fundações.
- b) Extinção dos atos administrativos.
- c) Gestão dos bens públicos.

PONTO IX

- a) Atuação do Estado no Domínio Econômico. Estado Regulador, Estado Executor e Estado Monopolista. Agência reguladora. Fonte normativa. Natureza jurídica. Função.
- b) Invalidação dos atos administrativos.
- c) Agentes públicos. Agentes políticos. Servidores públicos. Princípios constitucionais aplicáveis aos servidores públicos: concurso público, estabilidade, disponibilidade, proibição de acumular, teto remuneratório, irredutibilidade e isonomia de vencimentos. Acumulação de cargos públicos. Regime jurídico.

PONTO X

- a) Garantia dos administrados: mandado de segurança individual e coletivo.
- b) Revogação do ato administrativo: conceito. Fundamento da competência revogatória.
- c) Organização funcional. Cargo, emprego e função pública. Classificação dos cargos públicos. Criação, transformação e extinção de cargos. Provimento. Investidura, reingresso. Direito adquirido dos servidores. Responsabilidade do Servidor Público.

PONTO XI

- a) Garantias dos administrados. Ação popular.
- b) Revogação do ato administrativo: Regime jurídico. Limites à revogação.
- c) Agentes públicos: direito de greve e sindicalização. Aplicabilidade dos direitos sociais. O estágio probatório e o devido processo legal. Regime jurídico dos cargos em comissão.

PONTO XII

- a) Garantias do administrado: Ação civil pública.
- b) Revogação do ato administrativo: Estrutura do provimento revogatório. Atos afins à revogação.
- c) Agentes Públicos. Exoneração. Demissão.

PONTO XIII

- a) Garantias do administrado: *Habeas Corpus*, *Habeas Data*, Mandado de Injunção.
- b) Responsabilidade extracontratual do Estado. Postulados do Estado de Direito. Histórico da responsabilidade estatal. Responsabilidade por atos omissivos.
- c) Agentes públicos. Promoção e progressão funcional. Aposentadoria.

PONTO XIV

- a) Procedimento e processo administrativo. Processos revisivos, sancionatórios e disciplinares. Procedimentos nominados e inominados.
- b) Responsabilidade extracontratual do Estado. Responsabilidade civil da Administração por atos lícitos e ilícitos. Responsabilidade por atos legislativos e judiciais.
- c) Agentes Públicos. Improbidade Administrativa. Crimes de responsabilidade.

PONTO XV

- a) Procedimento e processo administrativo: Princípios. Devido processo legal. "Juiz Natural" ou administrador competente. Amplo contraditório.
- b) Responsabilidade extracontratual do Estado: responsabilidade objetiva do Estado e subjetiva do funcionário. Da ação regressiva.
- c) Limitações à liberdade e à propriedade. Função social da propriedade. Proteção constitucional da propriedade.

PONTO XVI

- a) Procedimento e processo administrativo: Direito à produção de provas. Verdade material ou princípio inquisitório. Informalismo a favor do administrado. Direito a revisibilidade (duplo grau). Direito à defesa técnica.
- b) Responsabilidade extracontratual do Estado. Danos indenizáveis. Danos morais. Responsabilidade por atos praticados por prestadores de serviço público, pessoa jurídica de direito privado. Responsabilidade por dano decorrente do planejamento.
- c) Distinções entre as limitações e as restrições à propriedade. Poder de polícia. Restrições administrativas.

PONTO XVII

- a) Procedimento e processo administrativo: Sindicância. Direito ao silêncio. Proibição da *reformatio in pejus*. Tipos de processos revisivos. Coisa julgada administrativa.
- b) Responsabilidade extracontratual do Estado: Atos praticados pelo Legislativo e Judiciário.
- c) Limitações e restrições à propriedade. A preservação do patrimônio histórico, artístico, cultural e estético. Tombamento.

PONTO XVIII

- a) Procedimento e processo administrativo: fases propulsiva, instrutória e decisória. As decisões colegiadas. Fase integrativa ou de ingração. Prescrição administrativa.
- b) Responsabilidade extracontratual do Estado. Excludentes da responsabilidade. Medida Provisória: seus pressupostos e limites. Medida Provisória não convertida em lei.
- c) Limitações e restrições à propriedade: servidões administrativas. Requisições. Ocupação temporária de imóvel.

PONTO XIX

- a) Contratos administrativos: Regime jurídico. Requisitos e formalidades. Causa do contrato. Formalidades do contrato. Garantia. Direitos do contratante e do contratado. Espécie de Contratos Administrativos. Contratos de obra, de serviços, de fornecimento e de concessão.
- b) O controle da administração pública. Controle externo pelo legislativo com auxílio dos Tribunais de Contas. O controle externo pelo Judiciário. O controle Parlamentar.
- c) Licitações. Disciplina normativa. Conceitos e princípios. Normas Gerais. Modalidades. Procedimento. Dispensa, dispensabilidade e inexigibilidade.

PONTO XX

- a) Contratos Administrativos. Duração do contrato – prorrogação, renovação e inexecução. Controle. Extinção do contrato. Desbalanceamento da equação econômico-financeira do contrato. Forma. Fiscalização pelos Tribunais de Contas. Extinção do contrato administrativo.
- b) Licitação: na administração indireta. Representação, reconsideração, recursos. Invalidação. Revogação. Sanções Administrativas.
- c) Orçamento Público. Elaboração. Aprovação. Execução. Lei de Responsabilidade Fiscal.